

LUCIANO FERREIRA LEITE

Mestre e Doutor em Direito Administrativo.

Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo

REGULAMENTOS, INTERPRETAÇÃO E DISCRICIONARIEDADE

Regulamentos, Interpretação e Discricionariedade

© Luciano Ferreira Leite

EDITORA MIZUNO 2022

Revisão: José Silva Sobrinho

Revisão Técnica: Luciano Ferreira Leite

Catálogo na publicação Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	
L533	<p>Leite, Luciano Ferreira</p> <p>Regulamentos, interpretação e discricionariedade / Luciano Ferreira Leite – Leme-SP: Mizuno, 2022.</p> <p style="text-align: center;">121 p.; 16 X 23 cm</p> <p style="text-align: center;">ISBN 978-65-5526-291-9</p> <p>1. Direito administrativo. I. Leite, Luciano Ferreira. II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 342.8106</p>
Índice para catálogo sistemático I. Direito administrativo	

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA MIZUNO

Rua Benedito Zacariotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme - SP, 13614-460
Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210
Fone/Fax: (0XX19) 3571-0420

Visite nosso site: www.editoramizuno.com.br
e-mail: atendimento@editoramizuno.com.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

O Estado Democrático de Direito	15
1 Preâmbulo	15
2 Estado democrático e Estado autoritário.....	18
3 Submissão do Estado à Constituição e às leis.....	24

CAPÍTULO II

Atos Administrativos Normativos	31
1 Regulamentos de execução e decretos de organização.....	31
2 Regulamentos delegados.....	32
3 Atos administrativos gerais e abstratos	35
4 Regimentos Internos	37
5 Súmula Vinculante.....	39
6 Regulamentos autônomos.....	42
7 Conteúdo dos atos administrativos normativos.....	45

CAPÍTULO III

Interpretação e Discricionariedade na Produção dos Atos Administrativos	51
1 Constitutividade da norma secundária	51
2 Interpretação baseada no princípio da razoabilidade.....	53
3 Interpretação e discricionariedade	58
3.1 Localização da discricionariedade.....	59
4 Controle jurisdicional dos atos administrativos.....	63
4.1 Controle de legalidade.....	63
4.2 Considerações em torno dos conceitos de valor	65
4.3 Critérios delimitadores do controle jurisdicional.....	65
5 Atos administrativos restritivos de direitos – contrastividade	67

CAPÍTULO IV

Hipótese normativa e Regra de competência	71
1 Caracterização do vício de competência e do desvio de finalidade.....	71
1.1 Controle de legalidade pelo Judiciário	72
1.2 Verificação dos motivos para aferição da validade dos atos administrativos	74
2 Nova abordagem sobre conceitos jurídicos	78
3 Conceitos jurídicos indeterminados	79
4 Conceitos jurídicos valorativos.....	81
5 Comando normativo – pode e deve	83
5.1 Qualificação das normas permissivas	83
5.2 Leis permissivas e sua excepcionalidade.....	84
5.3 Outras considerações sobre normas permissivas.....	85
5.4 Liberdades expressas.....	86
5.5 Imprevisão legal e discricionariedade	87
6 Distinção entre discricionariedade e mérito do ato administrativo	88
7 Mérito visto sob o ângulo processual	90

CAPÍTULO V

Mandado de Segurança como Garantia dos Administrados	91
1 Controle da Administração Pública pelo Judiciário.....	91
2 Direito líquido e certo – conceituação	96
3 O silêncio administrativo contrastável perante o Judiciário.....	98
4 Localização da invalidade dos atos administrativos.....	100
5 Mecanismos hermenêuticos de correção.....	103
5.1 Conceitos indeterminados	105

CAPÍTULO VI

Conclusões	109
-------------------------	-----

REFERÊNCIAS	113
--------------------------	-----

ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO	119
--	-----